



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 413/12

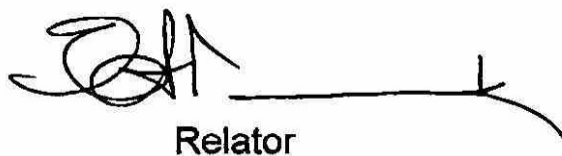
Declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores da Região de Nova América da Colina – Nova Citrus, com sede no Município de Nova América da Colina e foro do Município de Assaí.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores da Região de Nova América da Colina – Nova Citrus, com sede no Município de Nova América da Colina e foro no Município de Assaí.

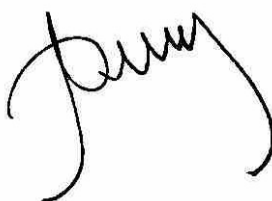
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 634/12

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.

Art. 1º. Os vencimentos dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Paraná, constante da Tabela 2, do Anexo III, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, passam a ser os definidos no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As tabelas de vencimentos estabelecidas nesta Lei correspondem a uma jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas semanais e serão atualizadas no caso de revisão geral anual.

Art. 2º. Os valores correspondentes à vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) percebida pelos servidores do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado serão deduzidos dos valores derivados da elevação dos vencimentos decorrentes desta Lei.

Parágrafo único. Os valores correspondentes à verba de representação prevista no artigo 19 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2009, comporão o vencimento dos servidores dos grupos ocupacional Especial Superior e Superior de Apoio Especializado para o cálculo da VPNI.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO I

(Altera o Anexo III, Tabela 2, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores)

ANEXO III

Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça

Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 2

GRUPO SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO (SAE)		
NÍVEL ATUAL	NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
D-9	SAE-1	5.706,98
D-10	SAE-2	5.878,18
D-11	SAE-3	6.054,52
E-1	SAE-4	6.236,15
E-2	SAE-5	6.423,24
E-3 e E-4	SAE-6	6.615,93
E-5 e E-6	SAE-7	6.814,40
E-7	SAE-8	7.018,84
E-8 e E-9	SAE-9	7.229,40



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

A proposta tem por objetivo dar continuidade ao processo de reestruturação das diversas carreiras no âmbito do Poder Judiciário Paranaense.

Em 2010, com o advento da Lei Estadual 16.748, foi implantado o Plano de Cargos e Salários que deu início ao procedimento de ajustes na composição da estrutura remuneratória do quadro de servidores, que permaneceu, por um longo período de tempo, com significativas distorções.

A primeira fase do Plano de Cargos e Salários, implantado com a Lei Estadual 16.748/2010, serviu para ajustar os problemas emergenciais. Nesta etapa, objetiva-se iniciar os ajustes pontuais em cada carreira.

Dessa forma, as carreiras contempladas nesta etapa é representada pelos profissionais de cargos de nível superior da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dentre elas as carreiras de Administrador, Analista de Sistemas, Arquiteto, Assistente Social, Bibliotecário, Contador, Dentista, Designer Gráfico, Economista, Engenheiro, Estatístico, Jornalista, Médico e Psicólogo.

Consiste, em síntese, na adequação da tabela de vencimentos ao grau de responsabilidade necessário ao desempenho das atividades específicas dos cargos das carreiras contempladas na presente proposta.

A presente proposição foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em Sessão realizada no dia 10 de dezembro de 2012.

Registre-se que os custos do projeto de lei em anexo representam um incremento na despesa anual na ordem de aproximadamente R\$ 6.578.000,00 (seis milhões quinhentos e setenta e oito mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 7.980.000,00 (sete milhões novecentos e oitenta mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 8.930.000,00 (oito milhões novecentos e trinta mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.


ONÉSIMO MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO
Presidente do Tribunal de Justiça, em exercício



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 11 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.704/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 11/12/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Senhor Presidente:

Em, 12 DEZ 2012

1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

ONÉSIMO MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO
Presidente do Tribunal de Justiça, em exercício



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 634/12

Projeto de Lei nº. 634/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo operacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.

EMENTA: REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS CARGOS DO GRUPO OPERACIONAL SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo operacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborar deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR




APROVADO

unânime 17/12/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 634/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1704/12 que objetiva dispor sobre o vencimento dos cargos do Grupo Ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro, conforme justificativa do autor da proposta, representa um incremento na despesa anual na ordem de aproximadamente R\$6.578.000,00 (seis milhões, quinhentos e setenta e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



oito mil reais) para o exercício de 2013, R\$7.980.000,00 (sete milhões, novecentos e oitenta mil reais) para o exercício de 2014 e R\$8.930.000,00 (oito milhões, novecentos e trinta mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o devido parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

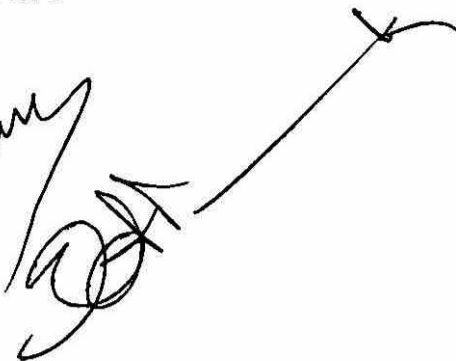
Sala das Comissões,

18/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO EMÍLIO VERRINI
RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01

DAP 18 MAR. 2013

Visto Maudia Medeiros



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 634/12

O art. 4º do Projeto de Lei nº 634/12 passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, 18 de março de 2013.

Justificativa:

Em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar 95/98 a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas, ficando vedadas as revogações genéricas.

Assinaturas e rubricas dos deputados:

- 18- ACCIOLEY
- 19- F. Edison
- 20- REINALDO
- 21- GILBERTO RIBEIRO
- 22- FRANCISCO ALVES
- 23- GILBERTO MARTIN
- 24- LUCIANA R.
- 25- N. JUSTUS
- 26- LUIS CARLOS MARTINS
- 27- ALCEU MOREIRA
- 28- ANDRÉ BUENO
- 29- GILBERTO
- 30- TERCILIO TAVARES
- 31- RASCA
- 32- N. LUTSEN
- 33- GILBERTO SOUSA
- 34- ROSE
- 35- DUBOIS.F.
- 36- TADEU VIEIRA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 634/12

Projeto de Lei nº 634/12

Emenda apresentada em Plenário

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional superior de apoio especializado do quadro de pessoal da secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº. 16.748.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 e 137. REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça, dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional superior de apoio especializado do quadro de pessoal da secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da lei estadual nº. 16.748 de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa de Plenário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, em 26 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO
Gondim 26.03.13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 144/2013

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – **UNESPAR**, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, passa a ter a seguinte redação:

*“Parágrafo único. A **UNESPAR** terá sede no Município de Paranavaí e foro nas Comarcas onde estão jurisdicionadas as Instituições Estaduais de Ensino Superior que ora passam a integrá-la.”*

Art. 2º O artigo 3º da Lei nº 13.283/2001, passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 3º A **UNESPAR** será credenciada no Sistema Estadual de Ensino por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, após Parecer do Conselho Estadual de Educação e encaminhamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.*

*Parágrafo único. A estrutura organizacional básica e a definição das atribuições e da **UNESPAR** serão estabelecidas no Estatuto, que, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional, será elaborado com a participação das comunidades universitárias das atuais Instituições Estaduais Superiores, constituindo tais documentos partes do processo de credenciamento.”*

Art. 3º O artigo 5º da Lei nº 13.283/2001, passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a adequação de cargos, alterações orçamentárias, disponibilização de servidores estaduais e adotar outras medidas necessárias à implementação da **UNESPAR**.”*

Art. 4º. Ficam redistribuídos para a **UNESPAR** todos os cargos efetivos, ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Faculdades Estaduais, os cargos em

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil

Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Comissão de Direção Acadêmica (DA) e de Funções Acadêmicas (FA), criados pela Lei Estadual nº 14.269, de 23 de dezembro de 2003, com a redação da Lei Estadual nº 16.555, de 21 de julho de 2010; pela Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006 e pela Lei Estadual nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009 e demais legislação aplicável.

Parágrafo único. Os quantitativos referentes aos cargos redistribuídos para a UNESPAR constam do anexo único desta Lei.

Art. 5º As atuais direções das faculdades transformadas em *campus* da UNESPAR exercerão seus cargos até o final de seu mandato.

Art. 6º A Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê passa a vincular-se, academicamente, à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), constituindo-se em uma unidade especial, respeitadas as peculiaridades do ensino voltado às atividades de segurança pública e defesa civil, preservados seus princípios institucionais. ←

§ 1º A Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê e sua estrutura organizacional prevista no § 2º do art. 29 da Lei nº 16.575, de 29 de setembro de 2010, para fins acadêmicos, submeterá às mesmas normas da UNESPAR.

§ 2º A nomeação da Direção da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê – unidade especial - dar-se-á por indicação do Comando Geral da Polícia Militar.

§ 3º A Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê, para efeitos orçamentários e financeiros continuará vinculada a Secretaria de Estado da Segurança Pública como unidade orçamentária. ←

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando mantidos os demais dispositivos da Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei Estadual nº 15.300, de 28 de agosto de 2006.

Palácio do Governo, em 15 de abril de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANEXO ÚNICO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 4º

QUANTITATIVO DE CARGOS - UNESPAR

Carreira do Magistério Superior: 1059

Carreira Técnica Universitária: 266

CLASSES	QUANTIDADE DE VAGAS POR CLASSE
I	49
II	137
III	80
TOTAL	266

Cargos em Comissão

Direção Acadêmica (DA - 4): 14

Funções Acadêmicas (FA): 185

FA-1	57
FA-2	42
FA-3	86
TOTAL	185

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em 22/04/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 025/2013

Curitiba, 15 de abril de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em 73 ABR. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, as seguintes entidades de ensino superior:

1. Escola de Música e Belas Artes do Paraná – EMBAP;
2. Faculdade de Artes do Paraná – FAP;
3. Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM;
4. Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana – FECEA;
5. Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro – FUNDINOPI;
6. Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho – FAEFIJA;
7. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA;
8. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio – FAFI-CP;
9. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho – FAFIJA;
10. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR;
11. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – FAFI;
12. Faculdades Luiz Meneghel – FFALM, instituição estadualizada.

A criação da UNESPAR em 2001, integrando as faculdades isoladas foi um atendimento a antigas reivindicações de vários segmentos do ensino superior estadual. Após 5 (cinco) anos de sua existência, constatou-se que a implementação da UNESPAR encontrava obstáculos decorrentes dentre diversos fatores: da grande abrangência e dispersão geográfica; da logística, que dificultava a mobilidade das comunidades para a sede, (fixada na Cidade de Jacarezinho).

Assim, foi editada a Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006, que criou uma nova universidade: a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), com sede no município de Jacarezinho, desmembrando 5 (cinco) faculdades da UNESPAR e o reagrupamento delas em uma só autarquia (UENP), que são elas:

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.486.459-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

1. Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (Jacarezinho);
2. Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho;
3. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio;
4. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho; e
5. Faculdade Estadual de Bandeirantes (Luiz Meneghel).

A UENP já foi credenciada pelo Decreto Estadual nº 3909/2008 e seu Estatuto aprovado com as alterações pelo Decreto Estadual nº 9179/2010.

Assim, permaneceram na UNESPAR as seguintes faculdades: Escola de Música e Belas Artes - EMBAP; Faculdade de Artes do Paraná - FAP; Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM, Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA; Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA; Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FAFIPAR; Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFIUUV e, no decorrer do ano de 2010, trabalhos foram realizados visando alteração legislativa e a implementação da UNESPAR, culminando em alguns atos administrativos e no Projeto de Lei nº 455/10, devolvido ao Poder Executivo tendo em vista seu pedido de retirada.

Em 2011 e 2012, visando dar implementação à UNESPAR, trabalhos foram realizados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no tocante à questão orçamentária, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), à Infraestrutura e à Pós Graduação, dentre outros. Foi realizada a eleição de membros representantes de alunos, docentes e agentes universitários no Conselho Universitário da UNESPAR, que é o órgão máximo da instituição.

A lei que criou a UNESPAR estabeleceu a sede em Jacarezinho e a sede neste Município não faz mais sentido em razão da criação da UENP e a mudança de sede para Paranavaí já foi noticiada em data de 08 de março de 2013 e esta alteração vai contribuir de forma decisiva e direta com o desenvolvimento de toda região Noroeste.

O novo texto do artigo 3.º e seu parágrafo único corrige uma incongruência da Lei de criação da UNESPAR para definir a futura do credenciamento junto ao Sistema Estadual de Ensino, a fim de que possa efetivamente existir como instituição com autonomia universitária, conferindo aos órgãos desse Sistema a competência para os encaminhamentos necessários ao efetivo ato final do chefe do Poder Executivo Estadual.

Os atos de competência da Universidade somente gerarão seus efeitos após o ato final de credenciamento, o qual é precedido daqueles realizados pela Comissão Estadual de organização da proposta da nova instituição, o que encontra amparo na legislação federal, bem como nas normativas do Sistema Estadual de Ensino (Deliberações do Conselho Estadual de Educação).

É neste sentido a perspectiva legal estabelecida na Constituição Federal, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/1996, já que com o ato final de credenciamento a instituição finalmente passará a existir de direito, por igual passando os atos de organização administrativa e pedagógica a gerar seus efeitos também com o ato final (Decreto Estadual) do Poder Executivo.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O artigo 3.º e seu parágrafo único também propõe a manifestação do Conselho Estadual de Educação, por meio de Parecer, no pedido de credenciamento da UNESPAR no Sistema Estadual de Ensino, culminando em ato do Chefe do Poder Executivo.

De outra forma também houve a necessidade de adequação do texto da Lei de criação da UNESPAR no sentido de incluir a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê, já credenciada provisoriamente por atos dos órgãos do Sistema, homologados por ato do Poder Executivo, para ofertar cursos de graduação e pós graduação na área de Segurança Pública, cujas autorizações para oferta de Curso de Graduação em Bacharelado em Segurança Pública e Curso de Especialização de Metodologia do Ensino Superior foram concedidas pelos Decretos nº 4.491/12 e nº 4.490/12, respectivamente.

Por tais razões, constata-se a necessidade de alteração legislativa, e o presente anteprojeto de lei propõe-se a:

a) alterar a redação do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.283/01, para que a UNESPAR tenha como sede o Município de Paranavaí e foro nas Comarcas onde estão jurisdicionadas as Instituições Estaduais de Ensino Superior que a integram;

b) alterar a redação do artigo 3º da Lei nº 13.283/01, para que conste que a UNESPAR será credenciada no Sistema Estadual de Ensino por ato do Chefe do Poder Executivo após Parecer do Conselho Estadual de Educação e encaminhamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e que a estrutura organizacional básica e a definição das atribuições e da UNESPAR serão estabelecidas no Estatuto, que, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional, será elaborado com a participação das comunidades universitárias das atuais Instituições Estaduais Superiores, constituindo tais documentos partes do processo de credenciamento.

c) alterar a redação do artigo 5º da Lei nº 13.283/01, para que o Poder Executivo fique autorizado a proceder a adequação de cargos, alterações orçamentárias, disponibilização de servidores estaduais e adotar outras medidas necessárias à implementação da UNESPAR;

d) prever a redistribuição para a **UNESPAR** de todos os cargos efetivos, ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Faculdades Estaduais, os cargos em Comissão de Direção Acadêmica (DA) e de Funções Acadêmicas (FA), criados pela Lei Estadual nº 14.269, de 23 de dezembro de 2003, com a redação da Lei Estadual nº 16.555, de 21 de julho de 2010; pela Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006 e pela Lei Estadual nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009 e demais legislação aplicável;

e) estabelecer que a atual direção das faculdades transformadas em *campus* da UNESPAR exercerão seus cargos até o final de seu mandato;

f) vincular a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê, academicamente, à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), constituindo-se em uma unidade especial, respeitadas as peculiaridades do ensino voltado às atividades de segurança pública e defesa civil, preservados seus princípios institucionais. Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê e sua



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

estrutura organizacional prevista no § 2º do art. 29 da Lei nº 16.575, de 29 de setembro de 2010, para fins acadêmicos, submeterá às mesmas normas da UNESPAR. A nomeação da Direção do *Campus* – Unidade Especial Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê dar-se-á por indicação do Comando Geral da Polícia Militar. Para efeitos orçamentários e financeiros, a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê, continuará vinculada a Secretaria de Estado da Segurança Pública como unidade orçamentária.

Todos estes itens incluídos no anteprojeto de Lei foram objeto de estudos para a implementação da UNESPAR, refletindo a prioridade das Políticas de Ensino Superior pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A UNESPAR atende adequadamente as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, que prevê 33% de professores com TIDE (Tempo Integral e Dedicação Exclusiva) e com Titulação de Mestrado e/ou Doutorado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.




CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para Impressão

Alterado Compilado Original 

Lei 13283 - 25 de Outubro de 2001

Publicado no Diário Oficial nº. 6100 de 26 de Outubro de 2001

(vide Lei 13385, de 21/12/2001) (vide Lei 15300 de 28/09/2006)

Súmula: Integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, as entidades de ensino superior que especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP, a Faculdade de Artes do Paraná - FAP, a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA, a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro - FUNDINOPI, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - FAEFIJA, a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba - FAFIPA, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - FAFI-CP, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - FAFIJA, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FAFIPAR e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI, ficam integradas em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, vinculada ao órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior.

Parágrafo único. A UNESPAR terá sede no município de Jacarezinho e foro nas Comarcas onde estão jurisdicionadas as Instituições Estaduais de Ensino Superior que ora passam a integrá-la.

Art. 2º. A receita, patrimônio e dotações orçamentárias das Instituições Estaduais de Ensino Superior, de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam sob a titularidade da UNESPAR.

Art. 3º. A estrutura organizacional básica e a definição de atribuições da UNESPAR serão estabelecidas em Estatuto, bem como o Regimento Interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico, serão elaborados com a participação das comunidades universitárias das atuais Instituições Estaduais de Ensino Superior referidas no *caput* do artigo 1º desta lei, baixados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 4º. Ficam criados, na UNESPAR, os cargos de provimento em comissão de Reitor e de Vice Reitor, símbolos DAS-1 e DAS-3, respectivamente.

Parágrafo único. Até que a UNESPAR seja reconhecida, o Governador do Estado designará o Reitor e o Vice-Reitor.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a adequação de cargos, alterações orçamentárias e outras que sejam necessárias à implantação da UNESPAR.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 25 de outubro de 2001.



Jaime Lerner
Governador do Estado

Ramiro Wahrhaftig
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Miguel Salomão
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



[topo](#)

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)

Lei 13385 - 21 de Dezembro de 2001

Publicado no Diário Oficial nº. 6137 de 26 de Dezembro de 2001

Súmula: Autoriza a estadualização da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - FACINOR, com sede em Loanda, da Fundação Faculdades Luiz Meneghel, com sede em Bandeirantes e da Escola Superior de Ciências Agrárias - ESCA, com sede em Guarapuava e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - FACINOR, com sede no município de Loanda, a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, com sede no município de Bandeirantes e a Escola Superior de Ciências Agrárias - ESCA, vinculada à Fundação Educacional de Guarapuava - FEG, com sede no município de Guarapuava.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado, também, a integrar as referidas Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - FACINOR e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel à Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, criada pela Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, integrando ainda, a Escola Superior de Ciências Agrárias - ESCA à Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, com sede no município de Guarapuava.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de dezembro de 2001.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Ramiro Wahrhaftig
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 144/2013

Projeto de Lei nº. 144/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 025/2013

Súmula: Mensagem Nº 025/2013 – Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283 de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385 de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. CRIAÇÃO UNESPAR. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONFORMIDADE LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. LEI FEDERAL 9.394/96. LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

VISTA EM 30/04/2013

Dep. Pericles Mello

Pondici



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar Legislação Estadual que disciplina a regulamentação da Universidade do Estado do Paraná - UNESPAR.

Propõe o projeto:

- a. Alteração da Lei 13.283/01, para que a UNESPAR tenha como sede o município de Paranavaí;
- b. Alteração da Lei 13.283/01, para que conste que a UNESPAR seja credenciada no Sistema Estadual de Ensino por ato do Chefe do Poder Executivo após parecer do Conselho Estadual de Educação;
- c. Alteração da Lei 13.283/01, para que o Poder Executivo fique autorizado a proceder a adequação dos cargos necessárias à implementação da UNESPAR;
- d. Prevê autorização da redistribuição dos cargos efetivos ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Faculdades Estaduais, e demais cargos criados em legislação específica.
- e. Estabelece ainda, que a atual direção das faculdades transformadas em campus da UNESPAR exercerão seus cargos até o final de seu mandato;
- f. Por fim, o anteprojeto encaminhado ao Legislativo, pretende vincular a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê, academicamente, à Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

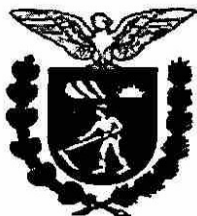
A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifos Nossos).

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (Grifos Nossos).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ainda, é de se destacar, que conforme informação apresentada pelo Executivo Estadual, a UNESPAR, atende adequadamente as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LEI 9.394/96, que prevê 33% de professores com TIDE (Tempo Integral e Dedicação Exclusiva) e com titulação de Mestrado e/ou Doutorado.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Handwritten signature]
DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dip. Pericles
mello
Dip. Elton
Welter
07/05/13

APROVADO
07.05.13

[Large handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO




APROVADO REQUERIMENTO
À Diretoria Legislativa.
Em, 28 MAIO 2013
1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 144/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 144/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 025/13.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 2013.


Deputado Estadual
TERVIO KATO

16:23 20/05/2013 004474 Nº ASSINATURA DO PARANÁ

Anote-se e encaminhar
Para Providências
DL, 21/5/13





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 144/2013

Projeto de Lei nº. 144/13

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 025/2013

Súmula: Mensagem Nº 025/2013 - Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283 de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385 de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo objetiva a alteração da Legislação Estadual que disciplina a regulamentação da Universidade do Estado do Paraná - UNESPAR.

Em suma o Projeto de Lei propõe:

- 1- Alteração da Lei 13.283/01, para que a UNESPAR tenha como sede o município de Paranavaí;
- 2- Alteração da Lei 13.283/01, para que conste que a UNESPAR seja credenciada no Sistema Estadual de Ensino por ato do Chefe do Poder Executivo após parecer do Conselho Estadual de Educação;



3- Alteração da Lei 13.283/01, para que o Poder Executivo fique autorizado a proceder a adequação dos cargos necessários à implementação da UNESPAR;

4- Prevê autorização da redistribuição dos cargos efetivos ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Faculdades Estaduais, e demais cargos criados em legislação específica.

5- Estabelece ainda, que a atual direção das faculdades transformadas em campus da UNESPAR exercerão seus cargos até o final de seu mandato;

☐ 6- Por fim, propõe a vinculação da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê, academicamente, à Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.

FUNDAMENTAÇÃO

☐ Conforme o disposto no artigo 33-G do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que em suma aduz que a Comissão de Educação deverá manifestar-se em relação às proposições pertinentes à educação e instrução pública e particular no que tange ao mérito, assim nos socorremos da ☐ Constituição Federal que em seu artigo 207 assim nos ensina:

“Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)"

Assim, considerando os apontamentos trazidos aos autos, bem como os debates a respeito da temática, extraímos a informação de que no dia 16/11/11 os conselheiros designados pela Resolução no 02/2011-SETI/UNESPAR, publicada no Diário Oficial no. 8581 de 01 de novembro de 2011, sob a presidência do Magnífico Reitor Prof. Alípio Santos Leal Neto, colocaram **em votação para turno único ou segundo turno**, vencendo a proposta para que houvesse segundo turno (23 votos a favor e 22 contra), **sendo assim, seguidamente colocou-se a votação para decidir qual seria a sede da Unespar**: Paranaíba - 19 votos; Paranaguá - 06; União da Vitória - 06; Curitiba - 15. Passou-se a votação de segundo turno, concorrendo as duas cidades com maior número de votos no primeiro turno: Paranaíba e Curitiba, vencendo, por maioria a proposta da sede da Reitoria da UNESPAR em Curitiba (Os votos foram assim distribuídos: Paranaíba - 20 votos e Curitiba - 26).

Já no dia 21/05/12 o Magnífico Reitor, Prof. Alípio Santos Leal Neto tornou público a decisão do Conselho Universitário da UNESPAR que definiu que a sede seria na Capital do Estado.

Sendo assim, muito embora assista razão ao Governador quanto à elaboração das leis que versam sobre organização e o funcionamento da administração estadual, **quanto ao mérito faz-se necessário respeitarmos a decisão tomada em comum acordo pelo Conselho Universitário da UNESPAR, que aprovou Curitiba para ser a sede da instituição, visto estar tal decisão em perfeita consonância com o Princípio da Autonomia Universitária**, conforme prevê a Constituição Federal, sob pena de reforçarmos uma insegurança jurídica no Estado Democrático de Direito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



CONCLUSÃO

Dessa forma, após amplo estudo sobre o tema opinamos pela **NÃO APROVAÇÃO** da presente proposta.


Sala das Sessões, 23 de maio de 2013


ADELINO RIBEIRO


Presidente


PR. EDSON PRACZYK

Relator


PROF. LEMOS


ANIBAL KHURY


TERUO KATO


ELIO BUSCH

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
DEP. ELIO BUSCH
DEP. EVANDRO JR
DEP. TERUO KATO


APROVADO

28/5/13



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência e Tecnologia



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 144/2013

Projeto de Lei nº. 144/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 025/2013

Súmula: Mensagem Nº 025/2013 – Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283 de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385 de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. CRIAÇÃO UNESPAR. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONFORMIDADE LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. LEI FEDERAL 9.394/96. LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar Legislação Estadual que disciplina a regulamentação da Universidade do Estado do Paraná - UNESPAR.

Propõe o projeto:

- a. Alteração da Lei 13.283/01, para que a UNESPAR tenha como sede o município de Paranavaí;
- b. Alteração da Lei 13.283/01, para que conste que a UNESPAR seja credenciada no Sistema Estadual de Ensino por ato do Chefe do Poder Executivo após parecer do Conselho Estadual de Educação;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Ciência e Tecnologia



c. Alteração da Lei 13.283/01, para que o Poder Executivo fique autorizado a proceder a adequação dos cargos necessários à implementação da UNESPAR;

d. Prevê, autorização da redistribuição dos cargos efetivos ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Faculdades Estaduais, e demais cargos criados em legislação específica.

e. Estabelece ainda, que as atuais direções das faculdades transformadas em campus da UNESPAR exercerão seus cargos até o final de seu mandato;

f. Por fim, o anteprojeto encaminhado ao Legislativo, pretende vincular a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê, academicamente, à Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabe destacar que compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, em consonância ao disposto no **artigo 33 – T, III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, manifestar-se sobre proposições que visem ao fortalecimento e à aplicação de base técnico-científica do Estado incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de bens de elevado conteúdo tecnológico.

Conforme justificativa do projeto, em 2011 e 2012, visando dar implementação à UNESPAR, trabalhos foram realizados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no tocante à questão orçamentária, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), à Infraestrutura e à Pós Graduação, dentre outros.

Verificou-se que a lei que criou a UNESPAR estabeleceu a sede em Jacarezinho, mas a sede neste Município não faz mais sentido em razão da criação da UENP. Assim, a mudança de sede para Paranavaí, já noticiada em data de 08 de março de 2013, além de contribuir de forma decisiva e direta com o desenvolvimento de toda região-Noroeste, trará uma valorização ao desempenho da comunidade acadêmica, com a efetiva implantação da reitoria da UNESPAR.

O novo texto do artigo 3.º e seu parágrafo único corrige uma incongruência da Lei de criação da UNESPAR prevendo credenciamento junto ao Sistema Estadual de Ensino, a fim de que possa efetivamente existir como instituição



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Ciência e Tecnologia



com autonomia universitária, conferindo aos órgãos desse Sistema a competência para os encaminhamentos necessários ao efetivo ato final do chefe do Poder Executivo Estadual.


É neste sentido a perspectiva legal estabelecida na Constituição Federal, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/1996, já que com o ato final de credenciamento a instituição finalmente passará a existir de direito, por igual passando os atos de organização administrativa e pedagógica a gerar seus efeitos também com o ato final (Decreto Estadual) do Poder Executivo.

De outra forma também houve a necessidade de adequação do texto da Lei de criação da UNESPAR no sentido de incluir a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê, já credenciada provisoriamente por atos dos órgãos do Sistema, homologados por ato do Poder Executivo, para ofertar cursos de graduação e pós graduação na área de Segurança Pública, cujas autorizações para oferta de Curso de Graduação em Bacharelado em Segurança Pública e Curso de Especialização de Metodologia do Ensino Superior foram concedidas pelos Decretos nº 4.491/12 e nº 4.490/12, respectivamente.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a fundamental importância do presente projeto, opinamos por sua aprovação.


TERUO KATO
PRESIDENTE




DEP. BONTAS
CHES


ELIO RUSCH
RELATOR


DONAS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 144/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 025/13, que objetiva alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, as entidades de ensino superior que mencionada, e adota providências.

Propostas apresentadas pelo presente Projeto de Lei:

I – alteração da Lei nº 13.283/01, para que a UNESPAR tenha como sede o Município de Paranavaí;

II – alteração da Lei nº 13.283/01, para constar que a UNESPAR seja credenciada no Sistema Estadual de Ensino por ato do Chefe do Poder Executivo após Parecer do Conselho Estadual de Educação;

III – alteração da Lei nº 13.283/01, para que o Poder Executivo fique autorizado a proceder a adequação dos cargos necessárias à implementação da UNESPAR;

IV – prevê a redistribuição para a UNESPAR dos cargos efetivos ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Faculdades Estaduais, e demais cargos criados em legislação específica;

V – estabelece ainda, que a atual direção das faculdades transformadas em *campus* da UNESPAR exercerão seus cargos até o final de seu mandato; e,

VI – pretende vincular a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê, academicamente, à Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Teruo Kato, exarou o devido parecer favorável.

Ato continuo a matéria foi enviada a Comissão de Educação, que por meio de seu relator, o Nobre Deputado Pastor Edson Praczik, exarou o devido parecer contrário.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pela Aprovação do Projeto de Lei em epígrafe.
É o parecer.

Sala das Sessões,

03/06/13

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO DUHREN
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 144/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 025/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, as entidades de Ensino Superior que menciona, e adota providências”.

A proposta encaminhada tem por finalidade alterar Legislação Estadual que disciplina a regulamentação da Universidade do Estado do Paraná – UNESPAR, o projeto tem como propositura:

a-) Alteração da Lei 13.283/01, para que a UNESPAR tenha como sede o município de Paranavaí;

b-) Alteração da Lei 13.283/01, para que conste que a UNESPAR seja credenciadora no Sistema Estadual de Ensino por ato do Chefe do Poder Executivo após parecer do Conselho Estadual de Educação;

c-) Alteração da Lei 13.283/01, para que o Poder Executivo fique autorizado a proceder a adequação dos cargos necessários à implementação da UNESPAR;

d-) Prevê autorização da redistribuição dos cargos efetivos ocupados e vagas, pertencentes ao quadro de pessoal das Faculdades Estaduais, e demais cargos criados em legislação específica.

e-) Estabelece ainda, que a atual direção das faculdades transformadas em campus da UNESPAR exercerão seus cargos até o final de seu mandato;

f-) Por fim, o anteprojeto encaminhado ao Legislativo, pretende vincular a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê, academicamente, à Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



A proposição apresentada, não provocará impactos orçamentários e financeiros imediatos, desta forma encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 17.013/11 – Plano Plurianual, Lei nº 17.219/12 – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei nº 17.398/12 – Lei Orçamentária Anual.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III – CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 03 de junho de 2013.


DEP. FRANCISCO BÜHRER

Presidente


DEP. NEREU MOURA

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

REQUERIMENTO

Requer a transformação das Sessões Plenárias do dia 04 de junho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 144/13.

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

03 JUN. 2013

PRESIDENTE

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUEREM**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinárias e Extraordinárias, do dia 04 de junho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 144/13, com diminuição de interstício entre as votações.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2013.

Deputado Estadual

TRAIANO

16149 03/06/2013 08:49:54 DP- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

~~ANTE~~PROJETO DE LEI 150/2013



Súmula: Altera o Anexo I da Lei nº 17.531, de 03 de abril de 2013, conforme especifica.

Art. 1º. O Anexo I da Lei nº 17.531/2013 passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Anexo I, da Lei nº 17.531, de 03 de abril de 2013.

ANEXO I

Cargos em Comissão					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de cargos	Nomes	símbolo	Nº de cargos	Nomes	símbolo
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
01	Coordenador Geral	DAS-1	01	Coordenador Geral	DAS-1
01	Controlador Interno	DAS-2	01	Controlador Interno	DAS-2
20	Diretor	DAS-2	20	Diretor	DAS-2
06	Inspetor de Controle	DAS-2	06	Inspetor de Controle	DAS-2
01	Secretário Geral do MPJTC	DAS-2	01	Secretário Geral do MPJTC	DAS-2
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
06	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2	06	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
01	Assessor Parlamentar	DAS-2	01	Assessor Parlamentar	DAS-2
01	Secretário do Tribunal	DAS-2	01	Secretário do Tribunal	DAS-2

7

	Pleno			Pleno	
01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-3	01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-3
01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3	01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	06	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
08	Assessor Jurídico	DAS-3	08	Assessor Jurídico	DAS-3
14	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	21	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3
01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3	01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3
02	Secretário de Câmara	DAS-3	02	Secretário de Câmara	DAS-3
			05	Assistente Técnico da Presidência	DAS-4
01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4	01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4
07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
01	Ouvidor de Contas	DAS-5	01	Ouvidor de Contas	DAS-5
07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5	07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5	07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5
08	Assistente Jurídico do MPjTC	DAS-5	08	Assistente Jurídico do MPjTC	DAS-5
06	Assessor Técnico da ICE	DAS-5	06	Assessor Técnico da ICE	DAS-5
01	Chefe de Cerimonial	DAS-5	01	Chefe de Cerimonial	DAS-5
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	1-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C
01	Assessor Técnico da	1-C	01	Assessor Técnico da	1-C

* 15

* 17

* 18

f



	Diretoria Geral			Diretoria Geral	
01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C
06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C	06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C	01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C
01	Assistente de Gabinete da Presidência	1-C	01	Assistente de Gabinete da Presidência	1-C
07	Assistente Técnico de ICE	2-C	07	Assistente Técnico de ICE	2-C
07	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C	07	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C
06	Auxiliar de Inspetoria de Controle	2-C	06	Auxiliar de Inspetoria de Controle	2-C
02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C	02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C
01	Auxiliar de Diretoria	2-C	01	Auxiliar de Diretoria	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C
07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C	07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C
01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C	01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C
			05	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
186			208		

AUSENTES
NA
PUB. ANTERIOR

* NOVO
MESMO
CARGO C/
OUTRA
SINBOLOGIA

f



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 172/13/OIN-GP



Senhor Presidente,

Curitiba, 15 de abril de 2013. 5



- I – À DAP para leitura no expediente.
- II – À DL para providências.

Em, 22/04/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, Anteprojeto de Lei que altera o anexo da Lei 17.531, de 03 de abril de 2013.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Centro Cívico
Em mãos



14:25 23/04/2013 003437 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



O presente anteprojeto de lei objetiva simples correção do anexo da Lei nº 17.531, de 3 de abril de 2013, que foi encaminhado junto com a referida Lei contendo incorreções.

Durante a elaboração do anteprojeto da norma apontada, por problemas relacionados ao arquivo digital correspondente, houve alterações e supressões não pretendidas que, infortunadamente, não foram detectadas oportunamente.

Tendo em vista a impossibilidade de mera republicação, é adotada a presente medida de encaminhamento da tabela constante do anexo, devidamente corrigida, para que reflita a real situação objetivada.

Destaque-se, por cabível, que a iniciativa ora encaminhada a essa Casa de Leis não implica em aumento no número de cargos ou efetivação de qualquer despesa que não tenha sido previamente aprovada e esteja em vigência, vez que meramente corrige as incorreções existentes.

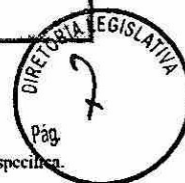
Para tanto, juntamos a Lei nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, e seus anexos, inclusive o Anexo II que se pretendia alterar com a Lei nº 17.531/2013, cujo Anexo I incorreu no equívoco que ora se pretende corrigir.

Poder Executivo

Lei nº 17.531

Data 03 de abril de 2013.

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 17.423/12, conforme especifica.



A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O § 6º do art. 3º da Lei nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º ...

(...)

§ 6º Os encargos de que trata o art. 3º da presente Lei não serão devidos durante os períodos de férias e demais afastamentos legais, bem como não incidirão sobre o terço de férias e o 13º salário.”

Art. 2º O art. 20, da Lei nº 17.423/12, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 20. ...

Parágrafo único. Ficam criados ainda 22 (vinte e dois) cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo 05 (cinco) cargos de Assessor Jurídico da Presidência, simbologia DAS-3, 07 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conselheiro, simbologia DAS-3, 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico da Presidência, simbologia DAS-4 e (cinco) cargos de Oficial de Gabinete da Presidência simbologia 3-C.”

Art. 3º As gratificações pelo exercício de encargos especiais nos termos dos arts. 172, VIII e 178 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, serão concedidas a ocupantes de cargos em comissão e fixadas por portaria do Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 4º O Anexo II da Lei nº 17.423/12 passará a vigorar nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de abril 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Artagnon de Mattos Leão
Presidente do Tribunal de Contas do Estado

ANEXO I

Cargos em Comissão					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de cargos	Nomes	símbolo	Nº de cargos	Nomes	símbolo
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
01	Coordenador Geral	DAS-1	01	Coordenador Geral	DAS-1
01	Controlador Interno	DAS-2	01	Controlador Interno	DAS-2
20	Diretor	DAS-2	20	Diretor	DAS-2
06	Inspetor de Controle	DAS-2	06	Inspetor de Controle	DAS-2
01	Secretário Geral do MP/TC	DAS-2	01	Secretário Geral do MP/TC	DAS-2
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
06	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2	06	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
01	Assessor Parlamentar	DAS-2	01	Assessor Parlamentar	DAS-2
01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2	01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2



01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-2	01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-2
01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3	01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	06	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
08	Assessor Jurídico	DAS-3	08	Assessor Jurídico	DAS-3
14	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	21	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3
01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3	01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3
01	Secretário de Câmara	DAS-3	01	Secretário de Câmara	DAS-3
			05	Assistente Técnico da Presidência	DAS-4
01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4	01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4
07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
01	Ouvidor de Contas	DAS-5	01	Ouvidor de Contas	DAS-5
07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5	07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5	07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5
08	Assistente Jurídico do MPJTC	DAS-5	08	Assistente Jurídico do MPJTC	DAS-5
06	Assessor Técnico da ICE	DAS-5	06	Assessor Técnico da ICE	DAS-5
01	Chefe de Cerimonial	DAS-5	01	Chefe de Cerimonial	DAS-5
			05	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	1-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C	01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C

28231/2013

DECRETO Nº 7851

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 13, inciso IV da Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 100.015,00 (cem mil e quinze reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Demonstrativo de Repasses do Tesouro Estadual, conforme Anexo III deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 01 de abril de 2013, 192ª da Independência e 125ª da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

(REPRUDIZO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÃO)

F

**Lei 17423 - 18 de Dezembro de 2012**

Publicado no Diário Oficial nº. 8863 de 20 de Dezembro de 2012

Súmula: Regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, nos termos do art. 172, I e VIII, c/c 174 e 178, e da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, conforme específica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, de caráter transitório, nos termos dos arts. 172, I e VIII, 174 e 178, da Lei nº 6.174/1970, serão concedidas a servidores efetivos do Tribunal de Contas, nos termos desta Lei.

§ 1º As gratificações previstas no caput não constituirão base para incidência de contribuição previdenciária e não poderão ser cumulativas com os encargos especiais de cargo em comissão e com outras funções gratificadas.

§ 2º Constitui condição para a concessão das gratificações, o exercício da carga horária mínima de 8 (oito) horas diárias de produtividade e a comprovação da aferição do cumprimento de objetivos ou atividades pelo gestor da unidade a que o servidor estiver subordinado.

Art. 2º A gratificação de função, nas quantidades e nos valores indicados na Tabela 1, do Anexo VI, serão atribuídas pelo Presidente do Tribunal, por portaria, em razão do exercício de atribuições técnicas compatíveis com as do respectivo cargo efetivo, contemplando as seguintes funções:

I - adjunto, compreendendo as atribuições de assessoramento ao Diretor, além das atribuições técnicas inerentes ao cargo e desempenhadas na unidade, e a respectiva substituição nos afastamentos eventuais e nos casos previstos nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970;

II - coordenador de fiscalização, compreendendo as atribuições de assessoramento ao Inspetor, além da supervisão técnica das equipes de fiscalização e a respectiva substituição nos afastamentos eventuais e nos casos previstos nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970;

III - coordenador de gabinete, compreendendo as atividades técnicas e de administração relativas ao controle de produtividade para o atingimento das metas institucionais dos Conselheiros e Auditores;

IV - gerente de unidade, compreendendo as atividades técnicas e de administração de um determinado setor ou área da unidade.

Parágrafo único. Será atribuída ao Pregoeiro a gratificação de função prevista no inciso IV.

Art. 3º A gratificação pelo exercício de encargos especiais, nos termos da Tabela 2, do Anexo VI, será concedida por portaria do Presidente, a servidor pelo desempenho das seguintes atribuições:

I - aos integrantes dos núcleos das unidades responsáveis por definir os requisitos para o desenvolvimento dos sistemas informatizados específicos de fiscalização e respectivos testes e homologações, bem como suporte aos jurisdicionados, sendo a gratificação limitada ao máximo de 6 (seis) servidores por unidade;

II - aos servidores das carreiras de analista e de técnico de controle, das áreas de segurança e de infraestrutura de Tecnologia da Informação, pela realização de plantão na área de informática, exclusivamente no período noturno, após as 18 (dezoito) horas, durante os finais de semana, feriados e recessos, limitado ao máximo de 4 (quatro) servidores;

III - aos servidores no desempenho de eventuais necessidades especiais de trabalho, nos seguintes casos:

a) em razão de passivos ou outras demandas, mediante a devida quantificação dos trabalhos, por unidade, projeto e servidor, prazo de início e término, em período não superior a 6 (seis) meses;

b) em razão da realização dos trabalhos de auditoria operacional, de programas co-financiados com recursos externos e as especiais, assim consideradas pela extensão e complexidade dos trabalhos, em período não superior a 4 (quatro) meses;

c) pela participação na equipe de trabalho designada para auxiliar o relator das Contas do Governador, conforme previsto em Resolução do Tribunal, em período não superior a 6 (seis) meses.

§ 1º Será concedida ao gerente de programa, a gratificação de adjunto, prevista no inciso I, do art. 2º, mediante a constituição do programa por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.

§ 2º Será concedida ao gerente de projeto institucional, a gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante a constituição do projeto por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.

§ 3º Será concedida ao coordenador da equipe das contas de governo, conforme estabelecido em Resolução, à gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante designação por portaria, por no máximo 10 (dez) meses, de acordo com o escopo e cronograma fixados.

§ 4º Será concedida aos coordenadores das equipes de auditoria operacional, de auditoria de programas co-financiados com recursos externos e das auditorias especiais, a gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante a designação por portaria, por no máximo 4 (quatro) meses, de acordo com o escopo e cronograma fixados.



§ 5º Será concedida ao gerente de projeto operacional, caso comprovada a necessidade especial de jornada de trabalho, encargos especiais previstos no inciso I, do art. 3º, mediante a constituição do projeto por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.

§ 6º Durante os períodos de férias e demais afastamentos legais, não serão devidos os encargos de que tratam o art. 3º, II e III, bem como não incidirão sobre o terço de férias e o 13º salário.

§ 7º A gestão de programas e projetos, institucional e operacional, será regulamentada por Resolução.

Art. 4º A forma de aferição do cumprimento de objetivos ou atividades e de carga horária será regulamentada em Resolução.

Art. 5º Quando ocorrer substituição de ocupantes de cargos de direção, assim entendidos os cargos de diretor, inspetor, coordenador geral, controlador interno, ouvidor de contas e secretário de sessão, deverá ser observado o disposto nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970.

Art. 6º Fica instituída a gratificação por hora-aula, conforme Anexo VII, nos termos dos arts. 172, VI c/c 179 da Lei nº 6.174/1970, ao servidor efetivo que atuar em eventos inseridos no Programa Anual de Capacitação da Escola de Gestão Pública, como facilitador da aprendizagem, na qualidade de palestrante, moderador, instrutor, tutor, orientador, coordenador técnico ou pedagógico, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as atribuições do cargo.

§ 1º As horas-aula não poderão exceder a 4 (quatro) horas por turno.

§ 2º A gratificação será calculada em horas não excedentes a 120 (cento e vinte) horas de atividade anual, por servidor.

§ 3º A gratificação de que trata este artigo não constituirá base para a incidência de contribuição previdenciária e não incidirá sobre férias e 13º salário.

§ 4º A concessão de gratificação por hora-aula será regulamentada por Resolução.

Art. 7º O art. 3º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com acrescido do seguinte inciso:

"Art. 3º

XIII – Avaliação de desempenho – verificação sistemática do desempenho do servidor, levando-se em consideração as metas e resultados a serem alcançados, bem como outros critérios estipulados em Resolução específica, a qual propiciará a progressão funcional do servidor entre as referências e os níveis da carreira."

Art. 8º O art. 4º, II da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

II – vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, fixados segundo a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos e na mensuração das metas estabelecidas para a avaliação de desempenho."

Art. 9º O art. 6º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A estruturação do plano com a organização em cargos, níveis e referências está definida nos Anexos I, II e III desta lei, que contêm as seguintes informações:

- I - Anexo I: número de cargos de provimento efetivo, por carreira, antes e após a publicação desta lei, assim como a amplitude de suas carreiras;
- II - Anexo II: nomenclatura e quantitativo de cargos de provimento em comissão anterior à vigência desta lei e a nova composição;
- III - Anexo III: tabela de pontuação para efeitos de obtenção da progressão funcional entre níveis salariais, nos termos do art. 22."

Art. 10. O art. 8º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

I – Cargo de Analista de Controle nas áreas: Jurídica, Contábil, Econômica, Administrativa, Atuarial, Engenharia, Estatística, Arquitetura, Ciência Política, Informática, Médica, Odontológica, Comunicação Social, Assistência Social, Biblioteconomia, Psicologia, Arquivista, Comunicação Visual, Design Gráfico e Pedagogia.

§ 3º Os analistas de controle originários do cargo de revisor assistente permanecerão na área de revisão até a respectiva vacância do cargo."

Art. 11. O art. 10, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. É atribuição do cargo de Analista de Controle desenvolver atividades de planejamento, coordenação e execução relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação e aplicação de recursos do Estado e dos Municípios, bem como da administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade, em seus aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, abrangendo, ainda, o desempenho de atividades de suporte técnico e administrativo de nível superior."

Art. 12. O art. 17, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17.

§ 1º Caso o servidor não obtenha pontuação mínima na avaliação de desempenho, para fins de progressão por merecimento e antiguidade entre níveis e referências, após o resultado final da avaliação, a Comissão de Avaliação de Desempenho encaminhará o processo de avaliação à Diretoria de Gestão de Pessoas para identificação das causas determinantes da avaliação insuficiente.

§ 2º Caso sejam identificadas causas não relacionadas a problemas de saúde, o processo será encaminhado ao Presidente do Tribunal com proposta de abertura de processo administrativo."

Art. 13. O art. 18, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

I – sem estabilidade;

§ 2º Para efeitos de progressão na carreira será computado o período aquisitivo da estabilidade, prevista no art. 41, da Constituição Federal."

Art. 14. O art. 22, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. A progressão funcional, da última referência de um nível para a inicial do subsequente, será efetivada mediante a obtenção cumulativa de aprovação na avaliação de desempenho e a pontuação, nos termos do Anexo III:

§ 1º A avaliação de desempenho e as atividades desenvolvidas serão efetivadas pela Comissão de Avaliação e Desempenho com o auxílio da

P



Diretoria de Gestão de Pessoas.

§ 2º Os cursos de graduação e pós-graduação, nas áreas descritas no art. 8º, I, deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação."

Art. 15. O art. 26, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. Ao servidor designado por portaria da Presidência, será concedida a gratificação pelo exercício de encargos especiais, conforme regulamentado em lei específica."

Art. 16. O art. 28, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. A cessão de servidores à disposição de outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Paraná, de outros Estados, da União, de Municípios ou de organismos internacionais, mediante acordo de cooperação técnica, dar-se-á sem ônus para o Tribunal de Contas do Paraná, mediante ressarcimento."

Art. 17. A Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 12-A. O Tribunal de Contas especificará em Resolução, as atividades pertinentes aos cargos e áreas, conforme arts. 8º, I, 10, 11 e 12."

Art. 18. O servidor a que se refere o § 2º, do art. 15, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, com tempo de carreira superior ao mínimo exigido para o nível e referência em que se encontra, nos termos da Tabela de Temporalidade, constante do Anexo V, será enquadrado de acordo com o tempo de serviço na carreira, apurado em 31 de dezembro de 2012 ou na data da aposentadoria, no caso de servidor inativo.

§ 1º O enquadramento será efetivado até 30 de março de 2013.

§ 2º Para efeito do cômputo de carreira do servidor será considerado o tempo efetivamente exercido em carreira de mesmo nível de escolaridade e que tenha cumprido os requisitos previstos no art. 17, da Lei nº 15.854/2008.

Art. 19. Ficam transformados 6 (seis) cargos de Coordenador, simbologia DAS-3, em 6 (seis) cargos de Diretor, simbologia DAS-2; 1 (um) cargo de Assessor Técnico da Diretoria Geral, simbologia DAS-2, em 1 (um) cargo de Secretário do Tribunal Pleno, simbologia DAS-2; 1 (um) cargo de Assessor de Gabinete da Auditoria, simbologia DAS-5, em 1 (um) cargo de Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor, simbologia DAS-5; 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete da Auditoria, simbologia 1-C, em 1 (um) cargo de Assistente de Gabinete da Presidência, simbologia 1-C; e 1 (um) cargo de Assessor Administrativo da Procuradoria Geral, simbologia DAS-3, em 1 (um) cargo de Secretário Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, simbologia DAS-2; conforme contido no Anexo II.

Art. 20. Ficam criados 1 (um) cargo de Ouvidor de Contas, simbologia DAS-5, 4 (quatro) cargos de Diretor, simbologia DAS-2, 7 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conselheiro, simbologia DAS-3, 8 (oito) cargos de Assistente Jurídico do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, simbologia DAS-5, 1 (um) cargo de Assessor Técnico de Comunicação, simbologia DAS-3, 6 (seis) cargos de Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor, simbologia DAS-5, 7 (sete) cargos de Assessor de Gabinete de Conselheiro, simbologia DAS-5, 6 (seis) cargos de Assessor Técnico da Inspeção de Controle Externo, simbologia DAS-5, e 1 (um) cargo de Chefe de Cerimonial, simbologia DAS-5, conforme descritos no Anexo II.

Art. 21. Fica extinto 1 (um) cargo de Auxiliar de Gabinete da Auditoria, 2-C.

Art. 22. Ficam criados 40 (quarenta) cargos efetivos de Analista de Controle, conforme descrito no Anexo I, os quais serão preenchidos mediante a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, da Constituição Federal e o art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000.

Art. 23. Os cargos de Técnico de Controle e de Auxiliar de Controle serão extintos na medida em que vagarem.

Parágrafo único. Os cargos em extinção do quadro de cargos e carreiras do Tribunal de Contas serão transformados em cargos de Analista de Controle, na medida em que vagarem.

Art. 24. A ajuda de custo de que tratam os arts. 182 a 183, da Lei nº 6.174/1970, será regulamentada por Resolução.

Art. 25. Fica assegurado, aos servidores estáveis ocupantes dos cargos de Auxiliar de Controle, portadores de diploma de curso superior, especialização, mestrado ou doutorado em área fim, definida no art. 8º, I, reconhecido pelo Ministério da Educação, o pagamento da verba de representação no percentual de 80% (oitenta por cento), calculado sobre o vencimento básico e incorporada para fins de aposentadoria, não compondo a base de cálculo dos adicionais por tempo de serviço, conforme previsto no art. 37, XIV, da Constituição Federal.

Art. 26. Os Anexos I, II, III e IV, da Lei nº 15.854/2008, com suas posteriores alterações, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III e IV, desta lei.

Art. 27. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão à conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013, exceto para as nomeações dos cargos.

Palácio do Governo, em 18 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Jorge Sebastião de Bem

+



Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir

Descrição

 anexo83633_28527.pdf

P

ANEXOS

ANEXO I					
Cargos Efetivos					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de cargos	Carreira Nível Superior	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível superior	Código Nível/Referência
408	Analista de Controle	AC-F/01 a AC-I/11	470	Analista de Controle	AC-F/01 a AC-I/11
		Cargos em extinção			
Nº de cargos	Carreira Nível Médio	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível Médio	Código Nível/Referência
135	Técnico de Controle	TC-C/01 a TC-F/11	124	Técnico de Controle	TC-C/01 a TC-F/11
Nº de cargos	Carreira Nível Fundamental	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível Fundamental	Código Nível/Referência
16	Auxiliar de Controle	Aux. C-B/01 a Aux. C-D/11	05	Auxiliar de Controle	Aux. C-B/01 a Aux. C-E/11
Cargos em extinção			Nº de cargos	Carreira	Nível/Referência
Nº de cargos	Carreira	Símbolo			
8	Consultor Jurídico	I/11	8	Consultor Jurídico	I/11

P

22	Consultor Técnico	I/11	22	Consultor Técnico	I/11
<u>TOTAL DE CARGOS EFETIVOS</u>			<u>TOTAL DE CARGOS EFETIVOS</u>		
589			629		
			Nº de Cargos de Analista de Controle após vagarem todos os cargos em transformação (art. 23): 629		

7

ANEXO II

Cargos em Comissão					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de Cargos	Nome	Símbolo	Nº de Cargos	Nome	Símbolo
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
01	Coordenador Geral	DAS-1	01	Coordenador Geral	DAS-1
01	Controlador Interno	DAS-2	01	Controlador Interno	DAS-2
10	Diretor	DAS-2	20	Diretor	DAS-2
06	Inspetor de Controle	DAS-2	06	Inspetor de Controle	DAS-2
			01	Secretário Geral do MPJTC	DAS-2
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
06	Assessor de Planejamento de Inspetoria	DAS-2	06	Assessor de Planejamento de Inspetoria	DAS-2
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
01	Assessor Parlamentar	DAS-2	01	Assessor Parlamentar	DAS-2
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2	01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
			01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-3
06	Coordenador	DAS-3			
01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3	01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3

P

01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
08	Assessor Jurídico	DAS-3	08	Assessor Jurídico	DAS-3
07	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	14	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3
02	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3	01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3
02	Secretário de Câmara	DAS-3	02	Secretário de Câmara	DAS-3
01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4	01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4
07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
			01	Ouvidor de Contas	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5	07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
			07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5
			08	Assistente Jurídico do MPJTC	DAS-5
			06	Assessor Técnico de ICE	DAS-5
			01	Chefe de Cerimonial	DAS-5
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	1-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C	01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C

+

* continuação ANEXO II...

06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C	06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C	01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C
01	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C	01	Assistente de Gabinete da Presidência	1-C
07	Assistente Técnico de ICE	2-C	07	Assistente Técnico de ICE	2-C
07	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C	07	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C
06	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C	06	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C
02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C	02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C
01	Auxiliar de Diretoria	2-C	01	Auxiliar de Diretoria	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C			
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C
07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C	07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C
01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C	01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C
146			186		

7

ANEXO III

Da pontuação para a progressão funcional entre níveis	
Nível Superior	
<u>Atividade</u>	<u>Pontuação</u>
Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões de cunho administrativo ou permanentes do TCE-PR ou em projetos	01 ponto por mês de exercício
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor	02 pontos por mês de exercício
Exercício na função de Diretor Adjunto, Coordenador, Gerente de Programa ou Gerente de unidade ou na Presidência de comissão permanente.	01 ponto por mês de exercício
Exercício na função de Gerente de projeto	01 ponto por mês de exercício
Ministrar cursos / palestras em nome do TCE-PR	0,5 pontos por hora de curso
Especialização em área fim ao TCE-PR	100 pontos por Especialização
Mestrado em área fim ao TCE-PR	250 pontos por Mestrado
Doutorado ou Pós-Doutorado em área fim ao TCE-PR	350 pontos por Doutorado ou Pós-Doutorado
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Curso de Graduação em outras áreas	50 pontos por curso
Nível Médio	
<u>Atividade</u>	<u>Pontuação</u>
Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso

7

Participação em Comissões de cunho administrativo ou permanentes do TCE-PR ou em projetos	01 ponto por mês de exercício
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor.	02 pontos por mês de exercício
Exercício na função de Diretor Adjunto, Coordenador, Gerente de Programa ou Gerente de unidade ou na Presidência de comissão permanente.	01 ponto por mês de exercício
Exercício na função de Gerente de projeto	01 ponto por mês de exercício
Ministrar cursos / palestras em nome do TCE-PR	0,5 pontos por hora de curso
Especialização em área fim ao TCE-PR	100 pontos por Especialização
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Curso de Graduação em outras áreas	50 pontos por curso

7

continuação do ANEXO III...

Nível Fundamental	
<u>Atividade</u>	<u>Pontuação</u>
Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões no TCE-PR	05 pontos por comissão a cada ano
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor.	02 pontos por mês de exercício
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
* Por área fim entendem-se as áreas afetas ao controle externo ou apoio administrativo ao controle externo.	** Os pontos excedentes remanescem na ficha funcional do servidor.
*** mês de exercício ocorre em fração igual ou superior a 15 dias.	

+

ANEXO IV

Tabela de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão

Servidor Efetivo									RS 1,00
Referência Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	2.297,21	2.693,51	3.158,18	3.702,99	4.341,73	5.090,49	5.968,44	6.901,11	8.650,51
02	2.330,70	2.732,74	3.204,18	3.756,93	4.404,97	5.164,67	6.042,62	7.044,31	8.830,01
03	2.364,64	2.772,55	3.250,87	3.811,68	4.469,15	5.239,95	6.117,84	7.190,50	9.013,25
04	2.399,09	2.812,94	3.298,22	3.867,20	4.534,29	5.316,26	6.194,17	7.339,72	9.200,30
05	2.434,04	2.853,94	3.346,30	3.923,57	4.600,31	5.393,70	6.271,64	7.492,03	9.391,22
06	2.469,52	2.895,54	3.395,03	3.980,76	4.667,34	5.472,28	6.350,24	7.647,51	9.586,11
07	2.505,50	2.937,73	3.444,51	4.038,76	4.735,34	5.551,98	6.430,02	7.806,22	9.785,04
08	2.542,02	2.980,58	3.494,74	4.097,62	4.804,33	5.632,90	6.510,91	7.968,20	9.988,09
09	2.579,11	3.024,03	3.545,71	4.157,35	4.874,33	5.714,98	6.592,93	8.133,56	10.195,38
10	2.616,66	3.068,09	3.597,34	4.217,90	4.945,34	5.798,22	6.676,18	8.302,34	10.406,94
11	2.654,79	3.112,78	3.649,76	4.279,40	5.017,39	5.882,72	6.760,67	8.474,62	10.622,91

Servidor Comissionado						R\$ 1,00	
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS	VENCIMENTO BÁSICO		REPRESENTAÇÃO DE GABINETE	TOTAL COM ENCARGOS ESPECIAIS	
		ESPECIAIS	SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO		SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO
		SERVIDOR COM E SEM					

		VÍNCULO					
DAS-1	-	6.760,67	165,35	826,80	1.259,89	8.185,91	8.847,36
DAS-2	Diretor/Controlador Inspetor/Secr. MP.	5.968,44	145,93	729,69	1.107,60	7.221,97	7.805,73
DAS-2	-	5.882,72	145,93	729,69	1.107,60	7.136,25	7.720,01
DAS-3	-	5.472,28	136,02	680,07	1.032,24	6.640,54	7.184,59
DAS-4	-	4.735,34	116,30	581,54	882,66	5.734,30	6.199,54
DAS-5	-	4.341,73	106,38	531,88	807,27	5.255,38	5.680,88
1-C	-	2.693,51	68,65	343,21	201,71	2.963,87	3.238,43
2-C	-	2.693,51	63,40	317,00	186,29	2.943,20	3.196,80
3-C	-	2.693,51	58,53	292,61	171,95	2.923,99	3.158,07

ANEXO V

TABELA DE TEMPORALIDADE

(Tempo mínimo de exercício na carreira exigido para ocupar o Nível / Referência Salarial)

Cargo de Analista de Controle				Cargo de Técnico de Controle				Cargo de Auxiliar de Controle			
	Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)			Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)			Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)	
	F / 01	Ingresso			C / 01	Ingresso			B / 01	Ingresso	
	F / 02	estágio / estabilid.			C / 02	estágio / estabilid.			B / 02	estágio / estabilid.	
	F / 03	estágio / estabilid.			C / 03	estágio / estabilid.			B / 03	estágio / estabilid.	
	F / 04	estágio / estabilid.			C / 04	estágio / estabilid.			B / 04	estágio / estabilid.	
	F / 05	estágio / estabilid.			C / 05	estágio / estabilid.			B / 05	estágio / estabilid.	
	F / 06	estágio / estabilid.			C / 06	estágio / estabilid.			B / 06	estágio / estabilid.	
	F / 07	estágio / estabilid.			C / 07	estágio / estabilid.			B / 07	estágio / estabilid.	
	F / 08	3,5			C / 08	3,5			B / 08	3,5	
	F / 09	4			C / 09	4			B / 09	4	
	F / 10	4,5			C / 10	4,5			B / 10	4,5	
	F / 11	5			C / 11	5			B / 11	5	
	G / 01	5,5			D / 01	5,5			C / 01	5,5	
	G / 02	6			D / 02	6			C / 02	6	
	G / 03	6,5			D / 03	6,5			C / 03	6,5	
	G / 04	7			D / 04	7			C / 04	7	

G / 05	7,5			D / 05	7,5			C / 05	7,5	
G / 06	8			D / 06	8			C / 06	8	
G / 07	8,5			D / 07	8,5			C / 07	8,5	
G / 08	9			D / 08	9			C / 08	9	
G / 09	9,5			D / 09	9,5			C / 09	9,5	
G / 10	10			D / 10	10			C / 10	10	
G / 11	10,5			D / 11	10,5			C / 11	10,5	
H / 01	11			E / 01	11			D / 01	11	
H / 02	11,5			E / 02	11,5			D / 02	11,5	
H / 03	12			E / 03	12			D / 03	12	
H / 04	12,5			E / 04	12,5			D / 04	12,5	
H / 05	13			E / 05	13			D / 05	13	
H / 06	13,5			E / 06	13,5			D / 06	13,5	
H / 07	14			E / 07	14			D / 07	14	
H / 08	14,5			E / 08	14,5			D / 08	14,5	
H / 09	15			E / 09	15			D / 09	15	
H / 10	15,5			E / 10	15,5			D / 10	15,5	
H / 11	16			E / 11	16			D / 11	16	
I / 01	16,5			F / 01	16,5			E / 01	16,5	
I / 02	17			F / 02	17			E / 02	17	
I / 03	17,5			F / 03	17,5			E / 03	17,5	
I / 04	18			F / 04	18			E / 04	18	
I / 05	18,5			F / 05	18,5			E / 05	18,5	
I / 06	19			F / 06	19			E / 06	19	

+

I / 07	19,5			F / 07	19,5			E / 07	19,5	
I / 08	20			F / 08	20			E / 08	20	
I / 09	20,5			F / 09	20,5			E / 09	20,5	
I / 10	21			F / 10	21			E / 10	21	
I / 11	21,5			F / 11	21,5			E / 11	21,5	

p

ANEXO VI

Tabelas de valores das Gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º

TABELA 01 - Gratificações de Função

<u>Qtde.</u>	<u>Função</u>	<u>Valor Mensal</u>
18	Adjunto	R\$ 3.917,60
06	Coordenador de Fiscalização	R\$ 3.917,60
117	Gerente de Unidade	R\$ 2.238,63
13	Coordenador de Gabinete	R\$ 2.238,63
02	Pregoeiro	R\$ 2.238,63

TABELA 02 - Gratificação pelo exercício de encargos especiais

<u>Atividade</u>	<u>Valor Mensal</u>
Núcleos / Plantão / Ger. Op.	R\$ 1.678,97
Art. 3º, III, a, b, c	R\$ 1.119,32

7

ANEXO VII

Gratificação por hora-aula

<u>Função</u>	<u>Valor Mensal</u>
Doutor	R\$ 152,33 / hora
Mestre	R\$ 138,48 / hora
Especialista	R\$ 124,63 / hora
Graduado	R\$ 110,78 / hora
Nível Médio	R\$ 96,93 / hora

f



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 150/2013

Projeto de Lei nº. 150/2013

Autor: Tribunal de Contas.

Súmula: Altera o anexo I da Lei nº 17.531, de 03 de abril de 2013, conforme especifica.

EMENTA: RETIFICAÇÃO DO ANEXO I DA LEI Nº 17.531/2013 PUBLICADO ERRONEAMENTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 77 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 1º DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA ANEXA.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas apresenta retificação à Lei nº 17.531/2013, alterando o Anexo I, posto que, restou publicado erroneamente com a omissão de determinados cargos previstos na lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a competência do Tribunal de Contas, prevê a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ**, conforme segue:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição. (vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)

O Tribunal possui seu Regimento Interno que normatiza as questões internas, conforme dispõe o Art. 1º adiante transcrito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005. (grifo nosso)

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Paraná possui sua Lei Orgânica própria, a qual foi criada pela LEI COMPLEMENTAR 113 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005.

Observa-se do artigo 2º, inciso V, da citada lei, a competência prevista do Tribunal de Contas sobre cargos e vencimentos de seus funcionários:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

(...)

V – propor à Assembléia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos; (grifo nosso)

No que se refere ao impacto financeiro, cumpre observar que, mesmo o projeto de lei não criando novos cargos, o mesmo apresenta a memória de cálculo da estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente aos cargos em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



questão. Assim, o presente projeto obedece aos ditames da Lei Complementar Federal nº. 101/00.

No, quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei **não** está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98, motivo pelo qual sugere-se a **EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



APROVADO

30.04.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 150/2013

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03 de abril de 2013."

Sala das Sessões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



APROVADO



30.04.13

Justificativa:

Durante a elaboração do anteprojeto da norma apontada, por problemas relacionados ao arquivo digital correspondente, houve alterações e supressões não pretendidas que, infelizmente, não foram detectadas oportunamente.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 150/2013
AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS

Súmula: Altera o anexo I da Lei nº 17.531 de 03 de abril de 2013, conforme específica.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas tem por finalidade alterar o anexo I da Lei nº 17.531 de 03 de abril de 2013.

Nos termos da exposição de motivos anexa ao presente projeto de lei, à época do trâmite do projeto de lei nº 61/2013 (que tinha como objeto alterar dispositivos da Lei nº 17.432/12, que regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais), que deu origem a Lei nº 17.531/2013, o Tribunal de Contas, por problemas relacionados ao arquivo digital, não enviou parte do anexo I à Assembleia Legislativa.

Assim, o projeto de lei nº 61/2013 foi aprovado, e a Lei nº 17.531/2013 foi publicada com incorreções, inclusive sem prever cargos em comissão que já existem na estrutura do Tribunal de Contas e que o Tribunal não tinha a intenção de extinguir.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



Deste modo, o Tribunal encaminhou o presente projeto de lei, com novo anexo I, para corrigir os equívocos anteriores.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Deputado Nereu Moura, o projeto foi aprovado com uma emenda modificativa.

Ato contínuo, a Diretoria Legislativa enviou o projeto de lei a esta Comissão de Finanças, para análise de mérito, conforme estabelece o artigo 33-B do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o que se passará a fazer.

FUNDAMENTAÇÃO

As alterações trazidas pelo novo anexo I são:

- alteração da simbologia do cargo em comissão de assessor técnico de comunicação, de DAS-2 para DAS-3;
- aumento do número de cargo em comissão de Secretário de Câmara simbologia DAS-3, de 1 para 2 cargos;
- inclusão de 6 cargos em comissão de oficial de gabinete da presidência, simbologia 1-C;
- inclusão de 1 cargo em comissão de assessor de gabinete da corregedoria geral, simbologia 1-C;
- inclusão de 1 cargo em comissão de oficial de gabinete da corregedoria geral, simbologia 1-C;
- inclusão de 1 cargo em comissão de chefe de gabinete da procuradoria, simbologia 1-C;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



- inclusão de 1 cargo em comissão de oficial de assistente de gabinete da presidência, simbologia 1-C;
- inclusão de 7 cargos em comissão de técnico do ICE, simbologia 2-C;
- inclusão de 7 cargos em comissão de auxiliar de gabinete de conselheiro, simbologia 2-C;
- inclusão de 6 cargos em comissão de auxiliar de inspetoria de controle, simbologia 2-C;
- inclusão de 2 cargos em comissão de oficial de gabinete da diretoria geral, simbologia 2-C;
- inclusão de 1 cargo em comissão de auxiliar de gabinete da presidência, simbologia 2-C;
- inclusão de 1 cargo em comissão de auxiliar de diretoria, simbologia 2-C;
- inclusão de 1 cargo em comissão de auxiliar de gabinete da procuradoria, simbologia 2-C;
- inclusão de 7 cargos em comissão de auxiliar técnico de conselheiro, simbologia 3-C;
- inclusão de 1 cargo em comissão de auxiliar de gabinete da diretoria geral, simbologia 3-C;

Após o protocolo do projeto de lei e por solicitação da Comissão de Constituição e Justiça, o Tribunal de Contas enviou o Impacto Financeiro e a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira.

No entanto, os dados de tais documentos são idênticos aos do Impacto Financeiro e Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira anexados ao projeto de lei nº 61/2013, enviado à Assembleia Legislativa em 26 de fevereiro de 2013.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças




Tendo em vista o lapso temporal da propositura daquele projeto e deste, 26 de fevereiro de 2013 e 23 de abril de 2013, respectivamente, e ainda, tendo em vista as alterações nos cargos previstos no anexo I, possivelmente o impacto financeiro daquela época é diferente do impacto financeiro atual.

CONCLUSÃO

Deste modo, no intuito de prevenir eventual ilegalidade, conclui-se pela **baixa em diligência** deste projeto de lei para o **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, para quem encaminhem à esta Comissão de Finanças novo Impacto Financeiro e nova Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, com a discriminação da simbologia e do número de cargos previstos no anexo I.

Sala das Comissões, 15 de MAIO de 2013.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Ofício nº 17/13-CF

Curitiba, 15 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

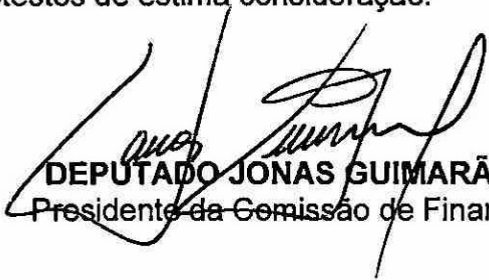
O Deputado Estadual que o presente subscreve, na condição de Presidente da Comissão Permanente de Finanças, e em atenção ao contido no art. 29, § 1º, inciso V, do Regimento Interno deste Parlamento, vem a presente de Vossa Excelência, informar que encontra-se nesta Comissão para análise o Projeto de Lei nº 150/13, de autoria do Tribunal de Contas, que objetiva alterar o anexo I da Lei nº 17.531, de 03 de abril de 2013.

Vale ressaltar, que a matéria foi encaminhada para o Relator Senhor Deputado Enio Verri, que após sua análise exarou parecer pelo encaminhamento de diligências, junto a esse Tribunal. Tal parecer foi devidamente APROVADO por unanimidade por esta Comissão, em reunião realizada na data de hoje.

Insta observar, que o parecer onde constam os questionamentos a serem respondidos por Vossa Excelência, encontram-se em anexo.

Esclareço também, que temos urgência das respostas solicitadas, tendo em vista que, tão logo tenhamos as respostas o referido Projeto, retornará imediatamente a pauta das discussões da Comissão de Finanças.

Na certeza de vosso pronto atendimento, aproveito para externar meus protestos de estima consideração.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
Presidente da Comissão de Finanças

Excelentíssimo Senhor
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente do Tribunal de Contas do Paraná
Neste Capital



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria Geral



Informação n.º 01/13

Curitiba, 16 de maio de 2013

Assunto: *Ofício n.º 17-CF*

Senhor Deputado,

Em atenção ao contido no Ofício n.º 17/13-CF, que remete a este Tribunal pedido de diligência quanto à matéria contida no Projeto de Lei n.º 150/13, ora em apreciação nessa Comissão de Finanças, temos a informar o que segue:

1. A Lei n.º 17.432/12, publicada no D.O.E. n.º 8.863 (edição digital), de 20 de dezembro de 2012, fls. 5/6, (doc. 01, apensado) contém em seu Anexo II relação de cargos em comissão criados neste Tribunal, perfazendo estes um total de 186 (cento e oitenta e seis) cargos, de diversa simbologia.
2. Tal situação foi modificada pela Lei n.º 17.531/13, publicada no D.O.E. n.º 8.929 (edição digital), de 3 de abril de 2013, às fls. 3/4 (doc. 03, apensado), que criou mais 22 cargos de provimento em comissão e, conseqüentemente, alterou a tabela constante do Anexo II da Lei anterior, para refletir a situação atualizada de tais cargos.
3. Conforme consta da justificativa ao Projeto de Lei n.º 150/13, ora examinado por esta Comissão de Finanças e objeto desta diligência, houve uma incorreção, justificável pelo fato de que, ao salvar o arquivo digital relativo à alteração, o responsável por sua edição não se apercebeu de que faltava a última página do mesmo, comparativamente ao arquivo original, terminando a tabela com o cargo de "Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, 1-C", quando o correto seria imprimir o restante dos 43 cargos constantes da folha seguinte, apresentando o total de cargos ao final.
4. Para perfeita compreensão do ocorrido, juntamos a impressão dos arquivos originais das tabelas mencionadas nesta informação (docs. 02 e 04), ressaltando com marca-texto amarelo o exato local da incorreção. Uma vez publicada a Lei n.º 17.531/13 e, constatada a falha, procedemos ao envio de anteprojeto a essa Assembléia Legislativa, autuado como Projeto de Lei n.º 150/13, intentando a necessária correção.
5. Cabe reafirmar que o Projeto de Lei n.º 150/13 objetiva, tão somente, corrigir a tabela equivocada, sem alterar a Lei propriamente, nem alterar qualquer despesa que já não estivesse legal e formalmente prevista, e que a quantidade de cargos em comissão, anteriormente de 186 (cento e oitenta e seis), passou a um total de 208 (duzentos e oito), com a criação determinada pela Lei n.º 17.531/13 (doc. 05).

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual **JONAS GUIMARÃES**
Presidente da Comissão de Finanças
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

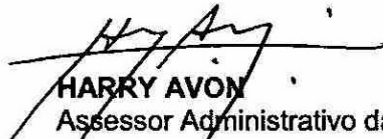
Diretoria Geral



6. Com respeito às declarações de Impacto Financeiro e Declaração de Adequação Orçamentária, assim como a memória de cálculo na qual consta a quantidade de cargos criada pela Lei nº 17.531/13, acompanham a presente informação (docs. 06 e 07).

Curitiba-PR.

Respeitosamente,


HARRY AVON
Assessor Administrativo da Presidência
matrícula nº 50927-2

ANEXO I



Cargos em Comissão					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de cargos	Nomes	símbolo	Nº de cargos	Nomes	símbolo
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
01	Coordenador Geral	DAS-1	01	Coordenador Geral	DAS-1
01	Controlador Interno	DAS-2	01	Controlador Interno	DAS-2
20	Diretor	DAS-2	20	Diretor	DAS-2
06	Inspetor de Controle	DAS-2	06	Inspetor de Controle	DAS-2
01	Secretário Geral do MPjTC	DAS-2	01	Secretário Geral do MPjTC	DAS-2
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
06	Assessor de Planejamento de Inspetoria	DAS-2	06	Assessor de Planejamento de Inspetoria	DAS-2
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
01	Assessor Parlamentar	DAS-2	01	Assessor Parlamentar	DAS-2
01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2	01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-3	01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-3
01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3	01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	06	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
08	Assessor Jurídico	DAS-3	08	Assessor Jurídico	DAS-3

14	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	21	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3
01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3	01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3
02	Secretário de Câmara	DAS-3	02	Secretário de Câmara	DAS-3
			05	Assistente Técnico da Presidência	DAS-4
01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4	01	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4
07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
01	Ouvidor de Contas	DAS-5	01	Ouvidor de Contas	DAS-5
07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5	07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5	07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5
08	Assistente Jurídico do MPjTC	DAS-5	08	Assistente Jurídico do MPjTC	DAS-5
06	Assessor Técnico da ICE	DAS-5	06	Assessor Técnico da ICE	DAS-5
01	Chefe de Cerimonial	DAS-5	01	Chefe de Cerimonial	DAS-5
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	1-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C	01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C
06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C	06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C	01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C
01	Assistente de Gabinete da Presidência	1-C	01	Assistente de Gabinete da Presidência	1-C
07	Assistente Técnico de ICE	2-C	07	Assistente Técnico de ICE	2-C
07	Auxiliar de Gabinete	2-C	07	Auxiliar de Gabinete	2-C

	de Conselheiro			de Conselheiro	
06	Auxiliar de Inspetoria de Controle	2-C	06	Auxiliar de Inspetoria de Controle	2-C
02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C	02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C
01	Auxiliar de Diretoria	2-C	01	Auxiliar de Diretoria	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C
07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C	07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C
01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C	01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C
			05	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C
186			208		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Finanças



IMPACTOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, **será suportado integralmente pelo orçamento próprio** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará, em um acréscimo de:

- R\$ 160.933,79/ mês (cento e sessenta mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e nove centavos).
- R\$ 1.428.287,36 / ano (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Na tabela 1 são apresentados o histórico da despesa total com pessoal do Tribunal e a projeção de gastos no exercício de 2013, assim como nos dois exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da LC 101/2000, que têm por base a Receita Corrente Líquida (RCL):

Tabela 1. Evolução da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida – 2010 a 2015

Elemento	Em R\$ mil					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa Total Pessoal	148.741	178.019	189.915	237.273*	251.972	267.179
Receita Corrente Líquida**	16.956.101	19.713.389	21.587.788	23.746.567	26.121.223	28.733.346
Limite (% da RCL)	0,88	0,90	0,88	1,00	0,96	0,93

Notas: * Para 2013, o cálculo da despesa considerou o acréscimo a partir de junho.

** No cálculo da RCL entre 2013 e 2015 foi adotada variação de 10% ao ano, conforme histórico recente.

Observa-se que o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL atinge o pico de crescimento em 2013 (1,00%), iniciando trajetória descendente nos exercícios subsequentes. É importante enfatizar que esse crescimento também ocorre por outros motivos, tais como a inclusão da contribuição patronal que acresce a despesa com pessoal em aproximadamente R\$ 10,5 milhões, R\$ 11,6 milhões e R\$ 12,8 milhões em 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Sem o impacto desse item o percentual se manteria em 0,96%, 0,92% e 0,89% no mesmo período.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Finanças



Tabela 2. Evolução da Despesa Proposta – Projeção 2013 – 2015

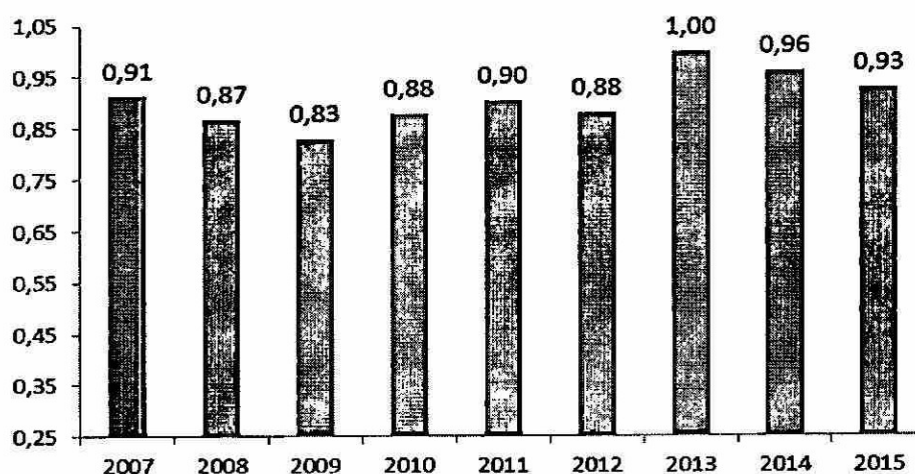
Em Reais

	Valores 2012	Projeção 2013	Projeção 2014	Projeção 2015
Receita Corrente Líquida*	21.587.788.000	23.746.567.000	26.121.223.000	28.733.346.000
Folha de Pagamento/Mês	14.765.357	18.546.338	19.680.437	20.956.824
Acréscimo/Mês	-	160.933	170.589	180.825
Acréscimo/Ano	-	1.428.287	2.370.061	2.512.264
Folha de Pagamento/Ano	189.915.220	237.273.282	251.972.320	267.179.331
Despesa de Pessoal s/ RCL	0,88%	1,00%	0,96%	0,93%

Nota: * RCL Prevista.

O percentual de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) para o exercício de 2013 e os dois subsequentes são apresentados no gráfico 1, em atendimento ao preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o percentual gasto nos anos anteriores.

Gráfico 1. Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)



Fonte: Elaboração própria

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF), 1,29%. Ambos são plenamente atendidos. Abaixo, o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2012 – janeiro a dezembro de 2012 - Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Finanças



ESTADO DO PARANÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RCF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (janeiro a dezembro/2012)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	212.861.778,44	2.863.152,40
Pessoal Ativo	144.287.529,44	683.152,40
Pessoal Inativo e Pensionistas*	68.574.149,00	2.180.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.029.709,94	2.780.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	23.029.709,94	2.780.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	189.832.068,50	83.152,40
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	189.915.220,90	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)**	21.587.768.627,54	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,88%	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,36%	293.593.925,33	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,29%	278.482.473,30	

FONTE:

Relatórios SIAF/SEFA: Despesa de Pessoal SIA-410 Valor Liquidado; Restos a Pagar SIA-220;

* Os Pensionistas não foram incluídos na base de cálculo para despesas de pessoal em virtude do tema estar em discussão tendo em vista a especificidade da PARANAPREVIDENCIA.

** RCL: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA/SEFANET, conforme Receita Corrente Líquida provisória obtida em 23/09/2012.

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: Os valores das despesas executadas inscritas em Restos a Pagar não-processados em dezembro de 2012 se repetem no 1º e 2º quadrimestres.

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12, de 18/12/2012), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012 – 2015 (Lei Estadual nº 17.013/11, de 14/12/2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12, de 09/07/2012).

ELIAS GANDOUR THOMÉ
Diretor



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Finanças



DECLARAÇÃO

Eu, Artagão de Mattos Leão, CPF: 001.731.269-87, Presidente do TCE/PR, eleito em sessão ordinária nº 44, de 13/12/2012, publicada no DETC nº 556, de 10/01/2013, na qualidade de ordenador de despesa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR declaro que o **aumento da despesa com pessoal decorrente da criação dos cargos em comissão** tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12), bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Declaro, ainda, que a referida despesa não excede o limite de gastos com pessoal previsto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Curitiba, 16 de maio de 2013.


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
PRESIDENTE

Item	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1	7.184,59	1.508,76	104.320,25	925.842,19							
2	6.199,54	1.301,90	37.507,22	332.876,55							
3	3.158,07	663,19	19.106,32	169.588,62							
4	-	-	160.993,79	1.428.287,36							

Item	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1	7.615,67	1.599,29	110.579,46	1.536.317,32							
2	6.571,51	1.380,02	39.757,65	552.366,28							
3	3.347,55	702,99	20.252,70	281.377,55							
4	-	-	170.589,81	2.370.081,16							

Item	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1	8.072,61	1.695,25	117.214,23	1.623.496,96							
2	6.965,80	1.462,82	42.143,11	585.508,26							
3	3.548,41	745,17	21.467,87	298.260,21							
4	-	-	180.825,20	2.512.264,83							

* Considerado um aumento anual de 6,5% referente IPCA a partir de 01 de maio

** Considerada a inclusão de novos cargos a partir de junho de 2013



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 150/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 172/2013/OIN-GP, que altera o anexo I da Lei nº 17.423, de 03 de abril de 2013.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável, com emenda modificativa.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a Constituição Estadual em seu art. 77, assegura a competência ao Tribunal de Contas para propor matérias desta natureza.

Esta Comissão, aprovou relatório proposto pelo adiante assinado, datado de 15 de maio do corrente, para baixar em diligência este projeto de lei junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que encaminhe à esta Comissão de Finanças novo Impacto Financeiro e nova Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, com a discriminação da simbologia e do número de cargos previsto no anexo I.

Por intermédio do Ofício nº 01/13, de 16 de maio de 2013, da Diretoria Geral do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinado pelo Senhor Harry Avon, Assessor Administrativo da Presidência daquela Corte, foram encaminhados os documentos nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, onde são respondidas as questões suscitadas por esta relatoria.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

21/05/13


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR



